

Reforma fiscal vai ao Congresso na quinta-feira

O "pacote fiscal" será remetido pelo Executivo ao Congresso Nacional apenas na próxima quinta ou sexta-feira. Até lá, as lideranças da Aliança Democrática concentrarão seus esforços no encaminhamento do segundo turno de votação do projeto que convoca a Constituinte. A informação foi prestada ontem pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que negou, de maneira veemente, que os resultados das eleições municipais possam estar exercendo algum poder de alteração do pacote fiscal. "O Governo tem uma linha econômica independente do resultado das eleições", afirmou o ministro.

A previsão inicial de Funaro, manifestada no domingo passado após sair de uma reunião com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, era de discutir e encaminhar, ontem ou hoje, o projeto de medidas que poderão gerar uma arrecadação extra entre Cr\$ 40 e Cr\$ 60 trilhões no próximo ano. O ministro revelou que o Governo decidiu concentrar seus esforços sobre a prioridade máxima de se votar a Constituinte e que a área econômica acatou esta decisão.

Funaro explicou que este tempo extra será empregado na conclusão dos detalhes finais do pacote fiscal, com a redação final da exposição de motivos. O ministro revelou que o presidente Sarney também fez algumas sugestões de alterações no projeto e que serão implementadas até o final da semana. No entanto, Funaro não quis antecipar nenhuma destas alterações, observando que "é direito do presidente falar sobre a questão".

O ministro, depois da insistência dos jornalistas, revelou que ainda não está completamente definido o novo limite de isenção do imposto de renda para os assalariados. O ministério da Fazenda defende um limite de cinco salários mínimos (Cr\$ 3 milhões), enquanto que o Ministério do Planejamento acha melhor o teto de seis salários mínimos (Cr\$ 3,6 milhões).

Ainda em relação à carga tributária sobre os assalariados, Funaro revelou que o presidente Sarney chegou a ficar "irritado" quando via a atual tabela das alíquotas do Imposto de Renda incidente na fonte. O ministro revelou que Sarney, como ele próprio, teve uma "reação negativa", quando constatou que assalariados até cinco salários mínimos chegam a recolher Imposto na fonte, para ver cerca de 97% ou 98% devolvido mais de um ano depois. "Está comprovado que esta faixa, por exemplo, não pode mais emprestar dinheiro ao Governo", explicou o ministro.

Quanto à taxação do mercado de ações, Funaro fez questão de deixar claro que o pacote fiscal não prevê nenhuma nova forma de imposto sobre os mercados primário e secundário de ações a vista. Ele informou que o pacote prevê a taxação das operações com ações no mercado futuro.

Foto: Ag. N.